

Nota Preliminar

O **Conselho Nacional de Educação** publicou em 1998 um livro intitulado “A Sociedade da Informação na Escola”, com o relato do debate ali promovido sobre este tema. Em 2001, o CNE preparou a realização de um novo seminário – ***Redes de Aprendizagem/Redes de Conhecimento*** – com vista a aprofundar algumas das temáticas abordadas anteriormente, mas que promovesse, sobretudo, a reflexão e o debate em torno das potencialidades das redes enquanto formas de organizar e dinamizar comunidades de aprendizagem. Assim, procurava-se, por um lado, trazer à discussão o sentido crítico dos que conhecem o *métier*, para analisar o estado da arte no que respeita ao uso das tecnologias de informação e comunicação na educação, e pedia-se, por outro lado, aos académicos e especialistas convidados que, com sentido prospectivo, procurassem desvendar algum caminho de futuro.

É certo que o Sistema Educativo Português não foi impermeável às tecnologias de informação e comunicação, mesmo a nível da sala de aula, mas não é menos verdade que os resultados têm ficado aquém do esperado e merecido por tanto esforço, dedicação, inteligência e investimento que o País colocou ao serviço da tarefa, desde meados da década de 80. E, neste domínio, quando se evolui muito lentamente, é o desenvolvimento tecnológico que assume a liderança, deixando para o sistema um papel meramente reactivo ou adaptativo, sem capacidade de antecipação, sem poder de golpe de asa estratégico. O pior pode mesmo ocorrer quando o sistema opta por lidar com os meios de hoje à luz de paradigmas do passado, como tão bem ilustra a pequena estória que abre o texto do Prof. Dias de Figueiredo – será que se insiste na comunicação por sinais de fumo, com recurso a modernas tecnologias?

Os desenvolvimentos das últimas décadas alteraram significativamente o panorama a nível da capacidade para armazenar, partilhar, fazer circular, pesquisar, aceder e gerir informação, e mudaram de forma profunda o mundo da comunicação. As tecnologias de informação e comunicação permitem uma intensificação muito significativa da cooperação e intercâmbio educativo, tanto internamente como a nível europeu e internacional. Os sistemas de organização em rede têm um lugar

cada vez mais preponderante na sociedade da informação e do conhecimento. A educação não pode ignorar as novas formas de trabalho e de organização que decerto influenciam os modos de ensinar e aprender. Daí que, neste seminário do CNE, tenhamos optado por centrar a reflexão e o debate em torno da ideia de “rede”.

A rede, enquanto metáfora, é de uma riqueza inequívoca, sobretudo se atendermos ao seu sentido mais amplo, optando por uma contextualização educativa, em detrimento da frieza de uma abordagem meramente tecnológica.

Se se considerar a ideia de rede enquanto estrutura que facilita a criação de um contexto e de um ambiente apropriado, que garante segurança e flexibilidade para lidar com a incerteza, que confere unidade à diversidade, que promove relações e interações múltiplas, que facilita a colaboração e a partilha, que promove a participação e suporta o trabalho em parceria, que premeia a iniciativa e que permite abordagens diversificadas e multidisciplinares, então, o seu potencial educativo pode ter a maior relevância, uma vez assegurados o pluralismo, a independência e a liberdade de acção e de intervenção dos diversos parceiros.

As redes que se estabelecem no interior da escola e as redes de escolas, com múltiplas ligações e parcerias a outras entidades – museus, universidades, empresas, associações, etc.–, podem oferecer o contexto e o ambiente apropriados à negociação de significados, à construção pessoal e social de conhecimento, ao ensino e aprendizagem significativa. O trabalho colaborativo, no seio destas redes de aprendizagem, permite a criação de um sentimento de pertença e de participação na comunidade escolar e em outras comunidades parceiras da rede.

Contudo, se as tecnologias e as redes de aprendizagem, que a partir delas se podem organizar, são um ponto de partida, facilitador de mudanças educativas importantes, não devem ser descurados os perigos de domínios ilegítimos, de quebras de liberdade ou de menor cuidado com a qualidade dos conteúdos que circulam entre parceiros. Por outro lado, a participação das escolas em redes de aprendizagem implicará uma autonomia que as

escolas devem ter a coragem de assumir e uma responsabilidade que as autoridades não poderão deixar de exigir.

Para que o trabalho educativo possa tirar partido do enorme potencial das redes de aprendizagem, não se pode limitar à transmissão, à consulta, ao armazenamento de dados ou à troca de informação. É preciso realizar, dar sentido à informação, construir significados, aprender com e entre os outros. O professor tem aqui um papel central no processo de negociação de significados, na procura de sentido para a experiência, no apoio à progressão das ideias dos alunos, na aprendizagem, afinal. Além disso, espera-se que o professor analise e seleccione criteriosa e criticamente os conteúdos disponíveis na rede.

O Sistema Educativo Português mostra algumas práticas de qualidade, com professores dedicados e com lideranças capazes, mas haverá ainda um longo caminho a percorrer, para que a disseminação das boas práticas atinja a generalidade do sistema. Se o equipamento das escolas pode ser uma simples questão de disponibilidade para investir, já a formação dos professores, tanto no domínio tecnológico como a nível pedagógico e didáctico, bem como a mudança de práticas pedagógicas, pode exigir uma verdadeira mudança cultural.

As reflexões apresentadas neste seminário do Conselho Nacional de Educação que aqui se trazem a público, em conjunto com as discussões então suscitadas, poderão entreabrir algumas frestas sobre os desafios que temos pela frente.

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Manuel I. Miguéns

